

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 596 - Brasília, quarta-feira, 26 de novembro de 1997



A comissão mista que examina o Imposto de Renda decidiu ouvir o secretário da Receita

Privatização em debate

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado debateu ontem a privatização do setor elétrico com o presidente do BNDES.

Luiz Carlos Mendonça de Barros. Na audiência, Mendonça de Barros informou que o BNDES e a Eletrobrás começam a discutir a idéia de divisão da Eletronorte. A operação inclui a privatização da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Página 8**

Senado vota Código Civil e acelera o exame do ajuste

ACM quer todas as medidas provisórias em condições de ser votadas pelo plenário do Congresso até o dia 5 de dezembro

O Senado vota hoje à tarde o projeto do novo Código Civil brasileiro, que substituirá o atual, em vigor desde 1917. Ontem, duas medidas provisórias que integram o ajuste fiscal foram aprovadas pelas respectivas comissões do Congresso. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deseja ver todas as MPs do ajuste em condições de ser votadas pelo plenário do Congresso até 5 de dezembro. **Páginas 3 a 7**

missões do Congresso. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deseja ver todas as MPs do ajuste em condições de ser votadas pelo plenário do Congresso até 5 de dezembro. **Páginas 3 a 7**

Praga que atinge 13 estados preocupa comissão especial

Uma praga que ataca plantações de 13 estados brasileiros preocupa os senadores que integram a comissão especial do Nordeste. Ontem, diante do agravamento da situação nos estados nordestinos, eles ouviram uma pesquisadora da Embrapa e pediram providências ao governo. **Página 2**

Os senadores discutiram também cortes nos incentivos fiscais



Senadores ouvem exposição sobre praga que ataca produção em 13 estados e cobram providências do Ministério da Agricultura

Comissão do Nordeste pede combate à mosca branca

A Comissão Especial para o Desenvolvimento do Nordeste, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), decidiu ontem fazer gestões junto ao Ministério da Agricultura no sentido de se adotarem providências imediatas para a prevenção e o combate à praga da mosca branca, que



Na reunião de ontem, a comissão também discutiu a seca no semi-árido

ataca as fruticulturas e as plantações de algodão, tomate e outros produtos agrícolas.

A comissão ouviu ontem exposição da pesquisadora da Embrapa, Maria Regina Vilarinho, sobre a praga, atendendo sugestão do senador José Agripino (PFL-RN). Segundo Maria Regina, a mosca branca diminui a qualidade do produto e o crescimento da planta, além de injetar toxinas na abóbora, tomate e repolho e transmitir doenças por meio de vírus.

A pesquisadora informou que a praga já atingiu 13 estados brasileiros, sendo seis

do Nordeste. Aquela região apresenta condições favoráveis para a disseminação do inseto, causando grandes perdas econômicas nas plantações de vários produtos.

Também participaram do debate os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da comissão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Freitas Neto (PFL-PI) e Carlos Wilson (PSDB-PE).

CORTE DE INCENTIVOS

A comissão aprovou ainda requerimento do senador Freitas Neto manifestando aos integrantes da Comissão Mista

da Medida Provisória n.º 1.602 a oposição da Comissão do Nordeste aos dispositivos que reduzem benefícios fiscais no Norte e Nordeste.

Na segunda parte da reunião, a comissão aprovou sugestão do senador Beni Veras de realização de um seminário para se discutir o Projeto *Semi-Árido: Proposta de desenvolvimento sustentável da bacia do São Francisco e do semi-árido nordestino*. O presidente da Codevasf, Airson Bezerra Lôssio, destacou a importância do plano para combater a miséria na região nordestina.

CCJ ouvirá Malan sobre legalização de jogos de azar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), realiza hoje audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre projeto de lei da Câmara dos Deputados que legaliza os cassinos e o jogos de azar no Brasil. A comissão ouviu na semana passada o ministro da Justiça e os ministros interinos do Trabalho e da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O projeto, que tem parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), permite, mediante autorização dos estados e do Distrito Federal, a

exploração dos jogos de azar em hotéis-cassinos, em hotéis que para tanto venham a se adequar e em cassinos por pessoas jurídicas previamente credenciadas, em locais de potencial turístico ou onde não haja alternativas para o desenvolvimento econômico-social.

Permite, ainda, a exploração da loteria denominada jogo do bicho, mediante autorização do governo estadual ou do DF, a ser dada, sem o caráter de exclusividade, a pessoas jurídicas devidamente constituídas e que comprovem capacidade econômica e financeira.

Instituto Teotônio Vilela debate planejamento

O Senado Federal, em parceria com o Instituto Teotônio Vilela, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), promove a partir das 15 horas de hoje, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, um curso do professor Paul Beer, membro do *Social and Cultural Planning Office* dos países baixos, sobre o Modelo Holandês do Consenso - The Poldermodel. Este modelo

agrega, de um lado, a social-democracia e liberais em torno de um pacto político, e de outro, sindicatos e empresários, na prática do pacto social.

A palestra será dividida em três blocos, que abrangerão a investigação e a descrição do sistema holandês de relações trabalhistas e suas características especiais, além da avaliação do papel dos sindicatos e do governo.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Presidência sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão e votação do "PLC n.º 118/84 - que institui o Código Civil"

COMISSÕES

9h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP n.º 1602/97 - altera a legislação tributária federal
Pauta: Audiência pública com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP n.º 1601/97 - cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC
Pauta: Discussão e votação do parecer do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP n.º 1600/97 - dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da administração pública federal indireta
Pauta: Discussão da matéria. Sala 07 - Ala Senador

Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública - exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o "PLC n.º 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Discussão de anteprojeto que modifica atribuições da comissão. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP n.º 1599-38/97 - dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social
Pauta: Votação do parecer do mérito. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

ESPECIAL

12h - Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal

Pauta: Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com o filme *Desperado de Arjos*, de Murilo Sales. Auditório Petrólio Portella

15h - Instituto Teotônio Vilela

Pauta: Palestra de Paulo Beer sobre "O modelo de polder holandês: milagre ou miragem?". Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

18h - Lançamento do livro *Diálogos de Lefortov*, de autoria do escritor Victor Ampilov. O evento conta com o patrocínio do senador Roberto Requião. Biblioteca

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marlucio Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Comissões que analisam as medidas provisórias no âmbito do ajuste fiscal proposto pelo governo adiantam trabalhos

MP da exportação indireta tem parecer favorável

A Medida Provisória 1.598, que trata da exportação indireta, e adotada no âmbito do ajuste fiscal, recebeu ontem parecer favorável da Comissão Mista, na forma de projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Luís Roberto Ponte. A comissão foi presidida pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE). A MP vai agora à deliberação do plenário do Congresso Nacional.



Machado: projeto de conversão

O relator propôs a inclusão de um dispositivo no texto da medida provisória, de modo a determinar, no caso de falência, para a empresa fabricante de insumos, o mesmo tratamento previsto para a instituição financeira nacional.

A medida provisória determina que, no caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira que

tenha recebido crédito com lastro em títulos, as importâncias recebidas para liquidação do crédito serão destinadas ao pagamento das linhas comerciais que lhes deram origem, nos termos estabelecidos pelo Banco Central.

A Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1599-38, que dispõe sobre a organização da Assistên-

cia Social, presidida pelo senador Espiridiano Amin (PPB-SC), reuniu-se na tarde de ontem para discutir o relatório do deputado José Lourenço, mas adiou a votação para hoje.

Também se reuniu ontem, com a presença de técnicos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação, a Comissão Mista da MP 1.600, que dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da administração pública federal indireta.

A comissão é presidida pelo deputado Alcione Athayde e tem como relator o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). O senador observou que a medida provisória não pode prejudicar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, razão por que irá ao ministro da Educação discutir o assunto.

Alcântara aponta cortes na educação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou ontem que a MP nº 1.600, que dispõe sobre a utilização dos dividendos e dos superávits dos fundos de entidades da administração pública federal, contraria "frontalmente" a declaração do presidente Fernando Henrique de que as medidas do ajuste fiscal não atingiriam a educação.

Conforme explicou, a MP permite que recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e das universida-

des federais sejam canalizados para abater a dívida pública. "Isso atinge diretamente a educação, ainda mais na situação de penúria por que passam as universidades brasileiras", ponderou.

Alcântara disse que fez o alerta ao ministro da Educação, ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda e ao ministro-chefe da Casa Civil. "A medida é injusta com o Ministério da Educação", salientou o senador, lembrando que a MP exclui dessa possibilidade a Fundação Nacio-



Alcântara: medida injusta

nal de Saúde, o Fundo de Amparo ao Trabalhador e os fundos constitucionais de desenvolvimento.

Emília quer mais detalhes sobre a juste

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu ontem "diálogo, humildade e debate" dos integrantes da área econômica com a sociedade, com o setor produtivo nacional e com o Congresso sobre as medidas de ajuste fiscal, especialmente sobre as taxas de juros.

Ela disse que só "a dependência absoluta do capital especulativo, a fragilidade diante da chantagem de agiotas internacionais, explica que um país dobre da noite para o dia as suas



Emília: "diálogo e humildade"

taxas de juros, que já eram as mais altas do mundo, e que hoje são 13 vezes maiores do que a

média dos países ricos".

Para ela, o Senado "não pode, em nome de salvar o Brasil, aprovar medidas sem refletir essas propostas" e pediu do governo federal explicações mais detalhadas sobre o ajuste. Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que também entende que os juros não podem continuar no atual patamar. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou que o governo sabia que algumas das medidas anunciadas deveriam ter sido implantadas antes.

Rocha repele "desrespeito" do cerimonial da Presidência

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou contra a forma "desrespeitosa" com que foi tratado ontem pela assessoria da Presidência da República, quando deveria ter embarcado para o Amapá na comitiva oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso.



Rocha: desrespeito

Segundo informou, poucos minutos antes do embarque na Base Aérea de Brasília ele foi informado pelo Cerimonial da Presidência de que os parlamentares de oposição não participariam do encontro dos presidentes brasileiro e francês na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa e permaneceriam em Macapá.

"Como só tinha eu da oposição, o recado era dirigido a mim. Desisti da viagem por considerar que foi um desrespeito. Se eu não tiver direito a um tratamento igual a todos os integrantes da comitiva, então não deveriam ter me convidado - disse.

Sebastião Rocha afirmou que o seu constrangimento foi maior ao perceber que não se tratava de uma viagem institucional do presidente Fernando Henrique. "O objetivo principal da visita era

político-eleitoral", assinalou o senador.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na direção dos trabalhos, deu razão a Sebastião Rocha, considerando que foi um desrespeito. Para Antonio Carlos, essa atitude não partiu do presidente Fernando Henrique, mas de alguns auxiliares que, "tentando agradar, acabam desagradando não só ao presidente, mas também à ética".

- Se o senador foi convidado, deveria fazer trajeto igual ao da comitiva. Enviarei carta à Presidência da República lamentando o fato e dizendo que o Senado também foi ofendido.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre o projeto que inclui a disciplina "Direitos Humanos" nos currículos escolares (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Espiridiano Amin (PPB-SC) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre o projeto de reforma administrativa que tramita no Congresso Nacional (médios)
- 9h30 - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (reapresentação)
- 10h30 - Audiência do ministro da Fazenda Pedro Malan na Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto que trata dos jogos de azar (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após: Audiência do secretário da Receita Federal, Evaristo Maciel na Comissão Mista Especial destinada a examinar a Medida Provisória 1602, que altera a legislação tributária federal (pre-gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 21h - Debate entre o senador Espiridiano Amin e o deputado Moreira Franco (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Jornal do Congresso" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Everardo Maciel confirma presença hoje em audiência pública da comissão mista que examina as recentes medidas econômicas do governo federal. Relator deve apresentar parecer dentro do prazo

Secretário da Receita explica ajuste

A comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.602, que altera a legislação tributária, decidiu ontem convidar o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para uma audiência pública hoje, às 9h. Maciel confirmou a presença e deverá explicar os pontos mais polêmicos da medida aos senadores e deputados que integram a comissão, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

A estratégia é apressar o exame do relatório do deputado Fernando Brant, uma vez que o prazo para votação da MP pela comissão termina na próxima segunda-feira (1º/12), informou o senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado. Caso não seja votada pela comissão até o prazo regimental, a MP vai diretamente à deliberação do plenário.

Os membros da comissão também aprovaram a realização de outra reunião, amanhã, às 17h, quando então o relatório será discutido. Cerca de 300 emendas foram apresentadas. Dessa forma, a votação do relatório final fica garantida no prazo regimental, disse Elcio Alvares, no exercício da presidência da comissão.

Os pontos mais polêmicos em discussão, além do aumento de 10% na cobrança do Imposto de Renda das pessoas físicas, são o

corte linear de 50% nos incentivos fiscais às regiões menos favorecidas do país; corte nos incentivos fiscais à cultura e ao esporte; corte de benefícios aos trabalhadores, tais como vale-refeição, transporte e outros; além de aumento da taxa de embarque para viagens ao exterior.

Durante a reunião de ontem, vários senadores se manifestaram contra a redução dos incentivos fiscais para as regiões mais pobres. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) afirmou que existe um "esquema de corretagem" para enganar o Tesouro e favorecer bancos que participam de lucros oriundos da concessão dos recursos dos incentivos fiscais, lamentando que na MP não existe um ponto sequer disciplinando a distribuição destes benefícios.

Para Jader, ao invés de cortar linearmente tais incentivos, a lei deveria garantir ao poder público a distribuição dos mesmos, que pela legislação atual "acabam por ser terceirizados pelos beneficiários" dos recursos, o que facilita a corrupção nas operações financeiras com este tipo de isenção fiscal.

Os senadores Gerson Camata

(PMDB-ES) e Elcio Alvares manifestaram sua preocupação com os prejuízos que a MP está causando ao porto de Vitória, que é um dos maiores corredores de exportação/importação do país. Segundo eles, o Espírito Santo e o Brasil estão sendo prejudicados pela paralisação das atividades portuárias naquele estado devido às alterações nas alíquotas das guias de serviço, que aguardam uma definição do governo. O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que é preciso modificar o artigo que reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) repassado às *tradings*, alegando que a medida traz prejuízo fiscal ao Tesouro e deixa o Mercosul paralalisado.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também criticou o

corte de incentivos nas áreas cultural e de desenvolvimento regional, salientando que, "para atender a todas as reivindicações políticas, só desmanchando toda a MP e reeditando outra, com nova redação".

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que os cortes prejudicam a Zona Franca de Manaus, e que a taxa de R\$ 90 para passageiros que viajam ao exterior é medida que afeta apenas o cidadão comum e que também não resolveria por si o problema de caixa do governo.

O relator, deputado Roberto Brant, destacou a necessidade do sacrifício de todas as camadas da sociedade brasileira, assinalando que os países emergentes não estão próximos de uma saída para a crise.



Senadores manifestaram-se contra cortes e redução de incentivos fiscais

Alteração no serviço público vai a plenário

A comissão mista incumbida de analisar a medida provisória que altera a legislação do serviço público da União aprovou ontem projeto de lei de conversão, apresentado pelo relator, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que fez alterações mínimas no texto original, mantendo a essência da proposta do Executivo. O relator acolheu seis das 66 emendas apresentadas pelos parlamentares.

Na apreciação da matéria, o deputado diz estar convencido de que "os resultados advindos da aprovação serão altamente benéficos para o país" e que, "em última instância" beneficiarão a "laboriosa classe dos



Deputado Sandro Mabel e os senadores Suassuna e Lobão

servidores públicos", que passará a ser reconhecida como "sistematicamente voltada para capacitação e aprimoramento". Sandro Mabel enten-

de que "o que se busca é um Estado mais moderno e mais enxuto".

Aprovado no âmbito da comissão mista, presidida pelo

senador Edison Lobão (PFL-MA), o projeto de lei de conversão irá à deliberação do plenário do Congresso Nacional.



Antonio Carlos: engajado

ACM quer evitar prejuízo político para o presidente

Em entrevista à Rádio Bandeirantes de São Paulo, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que o governo terá "prejuízos políticos" caso consiga aprovar as medidas do ajuste fiscal tal como foram editadas.

O senador defendeu o direito de o Congresso Nacional mudar as medidas, visando aprimorá-las, lembrando que o Legislativo "não é um mero carimbador" dos projetos enviados pelo Executivo.

O presidente do Senado indicou as propostas de aumento no Imposto de Renda das pessoas físicas, juntamente com a retirada dos vales para alimentação e transporte e, ainda, a supressão de incentivos à cultura, como "uma soma que se torna insuportável".

Na avaliação de Antonio Carlos, os prejuízos políticos do governo em procurar manter as medidas como formuladas pela área econômica atingirão "inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso".

O senador voltou a desmentir noticiário segundo o qual ele aspira à Presidência da República e reafirmou que o candidato de seu partido é Fernando Henrique.

Sua insistência em aprimorar as medidas provisórias, e em particular a que trata do Imposto de Renda, suprimindo o artigo que aumenta a carga tributária para as pessoas físicas, é citada pelo senador como exemplo de seu engajamento na campanha pela reeleição do presidente da República.

- Para que ele seja vencedor, eu trabalho inclusive tentando evitar que cometa erros - explicou.



Debate em torno da medida provisória que institui o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade

Em audiência pública foram ouvidos o Sebrae, o Finame, o Sindicato da Pequena Indústria e a Associação Comercial do DF

Relator deve apresentar hoje parecer sobre microempresa

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), relator da Medida Provisória 1.601, que objetiva viabilizar investimentos para microempresas e empresas de pequeno e médio portes, informou ontem, durante audiência pública na comissão mista que discute a matéria, que apresentará o seu parecer hoje.

A MP faz parte do conjunto de medidas adotadas pelo governo com vistas ao ajuste fiscal e, se aprovada na comissão, seguirá para apreciação do plenário do Congresso. Ela institui o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), a ser gerido pelo BNDES, com a finalidade de prover recursos para garantir as operações de financiamento destinadas àquele segmento empresarial.

Arruda disse considerar essa medida provisória, entre as que integram o ajuste, a mais importante a médio prazo, justamente porque, conforme assinalou, através dela poderão ser resolvidas as dificuldades que aquelas empresas têm para oferecer as garantias solicitadas pelo sistema bancário.

Ele esclareceu que já tinha preparado o relatório parcial e pretendia colocá-lo em votação ontem. No entanto, como acrescentou, sentiu-se obrigado a adiar a apresentação para hoje, pois deverá incorporar al-

gumas sugestões feitas ontem pelos convidados e parlamentares que compareceram à audiência pública.

Participando do debate em torno da MP, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), por exemplo, defendeu a necessidade de o programa não permitir que as empresas de grande porte também sejam beneficiadas com a criação do Fundo de Aval, por entender que elas poderão ficar com a maior parte dos R\$ 300 milhões que o BNDES alocará para o Fundo de Garantia para Promo-

Para a senadora Emília Fernandes, medida é a mais simpática do ajuste e deveria beneficiar também empresas que atuam no mercado interno

ção da Competitividade.

Emília reconheceu que, apesar de já ter feito críticas à iniciativa do governo por ele ter lançado o ajuste fiscal, a MP em questão "é a mais simpática e deveria beneficiar não apenas as micro, pequenas e médias empresas voltadas para a exportação, como estabelece o texto original, mas também aquelas que atuam no mercado interno".

Mas, para o presidente do Sebrae, Pio Guerra, o mercado externo deve ser uma prioridade. Ele lembrou que a MP 1601 precisa ser aperfeiçoada para que as micro, pequenas e médias

empresas brasileiras passem a ter tratamento financeiro diferenciado, a exemplo do que já acontece nos demais países integrantes do Mercosul.

O diretor do Finame, Darlan Dória, esclareceu que o BNDES, principal instituição financeira que deverá prover os recursos para financiar as empresas, juntamente com instituições financeiras privadas, disporá, em princípio, de 175 pontos para atendê-las. O principal objetivo do programa, segundo ele, é diminuir os riscos do empreendimento financeiro. "Não se trata de fundo perdido, nem de subsídio", explicou.

Arruda destacou o exemplo que o Congresso deu ao país ao tratar com presteza as medidas enviadas pelo Executivo, e ao mesmo tempo, de maneira democrática, procurando ouvir os mais diversos segmentos em audiências públicas.

Também participaram dos debates os deputados Haroldo Lima, Augusto Viveiros e Otávio Elísio; o presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simp), Joseph Coury; o presidente do Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa, José Tarcísio da Silva; e o presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury.

PT quer mais rigor na cobrança da dívida ativa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem em plenário o apoio do seu partido para a construção de um arcabouço jurídico que torne mais eficaz a cobrança da dívida ativa da União, a fim de evitar a alta inadimplência. Em sua opinião, se os recursos sujeitos a cobrança judicial já tivessem sido recolhidos, a população brasileira não estaria agora sujeita a tanto sacrifício em decorrência do ajuste fiscal anunciado pelo governo.

Conforme Suplicy, os créditos tributários da União, em setembro deste ano, atingiam R\$ 31,9 bilhões, não incluídos juros e multas. Ele informou que, desse total, foi ajuizada a cobrança do equivalente a R\$ 22,3 bilhões, sendo que apenas pouco mais da metade está garantida com a indisponibilidade dos bens dos respectivos devedores. "Ou seja, mais de 60% da dívida ativa da União - aproximadamente R\$ 20,2 bilhões - ou não estão sofrendo cobrança judicial ou não há bens arrolados visan-



Suplicy: divulgar os devedores

do garantir seu pagamento", disse.

Lembrando que o conjunto de medidas do ajuste fiscal diminui gastos, aumenta impostos, demite funcionários, aumenta juros e diminui o ritmo da economia, com o propósito de reforçar o caixa em mais R\$ 20 bilhões, Suplicy ressaltou que a União dispõe de créditos tributários superiores a uma vez e meia esse valor. Em sua opinião, o governo tem sido incapaz de cobrar esses créditos, "ou por causa de sua estrutura deficiente, ou devido à lentidão da Justiça brasileira".

Arruda responde: crédito não é líquido e imediato

Ao contestar as afirmações do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a cobrança da dívida ativa, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que o recebimento dessa dívida não elimina a necessidade do ajuste fiscal, destinado a render R\$ 20 bilhões à União.

- Essa realização da dívida ativa - ressaltou Arruda - já está incluída na projeção orçamentária. Portanto, receber dívida ativa, que nada mais é do que obrigação do governo, não responde à necessidade do ajuste fiscal. A preocupação desse registro é para que as agências de notícias não transmitam o que já está aparecendo na telinha neste momento: a ideia de que o governo poderia abrir mão do ajuste fiscal porque o recebimento da dívida ativa resolveria o problema. São coisas absolutamente distintas - sublinhou.

Segundo Arruda, seria um "grande equívoco passar a imagem de que o governo tem um crédito de R\$ 52 bilhões em dívidas ativas, que estão em co-



Arruda: etapas judiciais a vencer

brança judicial e, pelas leis do país, têm prazos para serem executadas". No tríduo 92/94, disse, o governo recebeu R\$ 1,2 bilhão da dívida ativa, e nos últimos dois anos, R\$ 7,2 bilhões.

Arruda agradeceu a disposição manifestada por Suplicy de que o PT apoiaria medidas para agilizar essas cobranças. Ele lembrou que são três as medidas: redução de prazos para discussão administrativa de débitos fiscais; exigência de depósitos para interposição de recursos; e redução do prazo de preclusão para o direito do contribuinte a questionamentos judiciais.

CÓDIGO CIVIL

Senadores entregam ao país texto que substituirá Código de 80 anos



Benedita defende seu projeto

Benedita: violência contra mulher exige ação severa

Por ocasião do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem a necessidade de serem aplicadas medidas repressivas mais severas para crimes cometidos contra a mulher e de serem criados novos tipos penais, o que contribuirá para uma maior intimidação dos agressores. No seu entender, a aprovação de projeto de lei de sua autoria "será um passo importante" para a diminuição da violência doméstica, à medida que contribui para a superação das relações patriarcais de dominação.

A violência em família não pode continuar sendo um crime menor. É preciso ensinar às mulheres, crianças e idosos que essas agressões não podem ser fato normal em suas vidas. O drama da violência só acabará quando for rompida a barreira do silêncio, do medo, da vergonha e da impunidade - afirmou.

A senadora enfatizou a importância de campanhas de esclarecimento da opinião pública sobre seus direitos, argumentando que muitas vítimas não denunciam a violência sofrida por desinformação, vergonha ou medo de represálias.

Benedita da Silva comentou dados do IBGE denunciando que 63% das agressões físicas contra mulheres acontecem em suas próprias residências.

Em aparte, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu a necessidade de uma maior sensibilização, por parte dos governantes, para a questão da violência contra a mulher.

O plenário do Senado vota esta tarde o projeto do novo Código Civil brasileiro, que vai substituir o atual, que sofreu dezenas de alterações nos últimos 80 anos. Foram apresentadas ao projeto 493 emendas, 127 delas pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), relator-geral da comissão especial que estudou o assunto.

Às 15h30, Josaphat esclarecerá da tribuna todas as dúvidas levantadas pelos senadores. Às 16h, segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, terá início a votação. Por se tratar de Código, tanto o projeto quanto as emendas podem ser aprovados, ou rejeitados, por maioria simples dos senadores presentes. O projeto retornará à análise dos deputados, por causa das emendas que está recebendo no Senado.

"No geral, o projeto incorpora em texto único todas as mudanças dos últimos anos, apresenta várias inovações e adapta o Código Civil às alterações introduzidas pela Constituição de 1988. É um projeto



Josaphat: texto bastante elogiado de cunho social, de sentido social, muito além do sentido individualista ou privatista do Código em vigor", resume o senador Josaphat Marinho.

Entre as mudanças propostas está a que regula a concessão de "direito de superfície", pela qual o dono de uma terra pode permitir que outro construa no local, sob contrato.

O novo Código prevê que o dano moral é suscetível de indenização. Estabelece ainda a possibilidade de revisão do contrato quando houver grave desequilíbrio entre o direito dos contratantes, ou seja, quando ocorre onerosidade excessiva prejudicial a uma das partes.

Francelino propõe retirar arbitragem do relatório

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) sugeriu ontem a retirada, do texto do projeto do Código Civil, dos dispositivos relativos à arbitragem (ou compromisso, como consta no projeto), instituto destinado a regular litígios nas relações contratuais entre pessoas.

Na sua opinião, a arbitragem foi integralmente regulamentada na Lei nº 9.307, de 1996, de modo que "parece inconveniente a superposição de textos legislativos regulando questões idênticas".

Prevista no Código Civil de 1916, mas regulamentada apenas



Francelino: lei especial

em 1996, a arbitragem tem sido bem assimilada na comunidade jurídica, que tem adotado seus modernos conceitos de celeridade no campo do direito privado, argumentou.

Para Francelino, há 25 anos, quando foi elaborado o projeto do Código Civil sobre o qual trabalhou o relator no Senado, Josaphat Marinho, "cabia perfeitamente a regulamentação da arbitragem ou do compromisso. Passada, porém, quase uma geração, a regulamentação especial, acolhendo modernos conceitos do instituto, é o melhor caminho", reiterou.

Resquícios autoritários eliminados

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) considera que o projeto "elimina os resquícios autoritários medievais" no relacionamento entre homem e mulher, ao substituir, entre outras coisas, o "poder pátrio" por "poder familiar".

- Logo em seu primeiro artigo, o novo Código coloca homens e mulheres no centro da atividade social e não mais a sociedade como centro de referência destes - disse.



Júnia: algumas ressalvas

Júnia alteraria o artigo 5º, que prevê o fim da menoridade civil pelo exercício de emprego público efetivo e colação de grau em curso de ensino superior. Para ela, hoje os concursos públicos exigem dos candidatos 18 anos e raramente alguém consegue terminar faculdade antes dessa idade.



Simon: elogios a Josaphat

Simon destaca função social da propriedade

"Vamos poder dizer que éramos colegas do senador Josaphat Marinho e votamos o projeto do novo Código Civil que tem a sua marca. Poderemos dizer que somos da geração Josaphat Marinho." Foi com frases como estas que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou o trabalho do senador na relatoria geral da comissão especial que estudou o projeto do novo Código Civil.

Pedro Simon citou a inclusão, no Código, da função social da propriedade, respeitadas a flora, a fauna e o equilíbrio ecológico, como avanço na nova legislação.



Jefferson: peneira finíssima

Jefferson pede correção na forma

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) destacou vários artigos do projeto de Código Civil que, a seu ver, poderiam sofrer "uma peneira finíssima" e ser redigidos no "português escorreito encontrado em todas as emendas do relator". Conforme observou, o projeto em discussão no plenário do Senado mantém formas redacionais inadequadas constantes do texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Em resposta a Jefferson, Josaphat Marinho afirmou que as mudanças de redação serão feitas, mas no texto final do projeto.

CÓDIGO CIVIL

José Ignácio aponta "notável avanço" no Direito brasileiro

Após elogiar o trabalho de Josaphat Marinho (PFL-BA) e a tenacidade do presidente do Senado em levar a termo o projeto do Código Civil, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) definiu-o como um notável avanço brasileiro na estrada do direito.

Conforme o senador, o novo texto tem um significativo cunho social, "para além do indivíduo e sintonizado com a época". Entre as novas medidas, ele citou a equiparação da maioridade civil com a responsabilidade penal e o dispositivo segundo o qual a direção da sociedade conjugal compete a



Ignácio: "sintonizado com a época"

ambos os cônjuges.

Considerou um notável avanço a equiparação dos filhos nascidos na constância do casamento com os havidos pelo casal antes das núpcias, e entre eles e o adotado. Para o

senador, dessa forma "desaparece a odiosa distinção entre filhos legítimos e ilegítimos".

Ele também definiu como importante o reconhecimento da união estável como entidade familiar, da prole por inseminação artificial, desde que o marido tenha autorizado previamente, além do instituto da união estável. O projeto passa a reconhecer tal união, desde que o homem e a mulher vivam como se fossem casados, por mais de cinco anos consecutivos. O prazo da união estável será reduzido para três anos quando houver filho comum.



Lucena: relatório sem medo

Lucena diz que a base é o direito de família

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) salientou que "a principal parte do trabalho do senador Josaphat Marinho na relatoria do projeto do Código Civil refere-se ao direito de família", em que ele "não teve medo" de avançar e definir as relações de concubinato, integrando-as ao direito civil e garantindo o reconhecimento jurídico aos filhos dessas relações.

Ao observar que "a maior homenagem pelo trabalho hoje em discussão cabe a Josaphat Marinho", Lucena também salientou a importância do papel desempenhado pelo senador Ronaldo Cunha Lima, presidente da comissão especial que analisou o projeto do Código Civil, e lembrou o pioneirismo de Nelson Carneiro, "um revolucionário no campo do direito de família".

Outros pontos da proposta do relator ressaltados por Lucena foram as decisões de "tirar qualquer aspecto machista", substituindo a expressão "homem" por "ser humano", e a de proteger o ser humano desde a concepção e não apenas desde o nascituro, conforme previa o Código em sua versão de 1917.

A mudança do limite da maioridade civil de 21 para 18 anos foi "feliz", afirmou, assim como o cuidado especial dedicado à questão do usucapião rural e urbano.

Tuma: "É o possível, o viável, o realizável"

"Satisfazer a todos e a tudo é uma missão impossível", disse o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao anunciar que o projeto do Código Civil em discussão no Senado "é o projeto do possível, do viável, do realizável, da virtuosa medida da nacionalidade".

Ele elogiou o trabalho do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) e a argúcia da vontade política do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo que, sem eles, hoje o Senado não estaria se dedicando a uma missão de tão valioso significado político.

Romeu Tuma explicou que a linguagem do Código em discussão é tão clara e acessível aos cidadãos "quanto permite o inevitável e recomendável conjunto de termos consagrados no dizer e escrever jurídicos". Conforme acentuou, a precisão dos enunciados "torna menos árduo para a população familiarizar-se com o processo civil".

O senador disse que, desde domingo, com a discussão do projeto do Código Civil, o Senado "vem escrevendo uma memorável página da história legislativa, resultante de mais de 20 anos de madura e detida reflexão do Congresso Nacional, ao longo de seis legislaturas".

Emília defende pensão para filhos do incesto

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram-se ontem, durante a discussão do projeto do Código Civil, contra a supressão do artigo 1.631, que trata do reconhecimento da filiação incestuosa para efeito de pensão alimentícia. O relator-geral, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), havia solici-

tado na véspera que os parlamentares meditassem sobre o assunto, pois ele aceitou emenda que suprime o artigo, mas o assunto é polêmico.

- Acredito ser necessário manter o texto original da Câmara dos Deputados, pois ele assegura os direitos dos filhos gerados em relação incestuosa - afirmou Emília Fernandes. Romeu Tuma também acha

que a manutenção do artigo deixará claros os direitos do filho nessa situação. O artigo do atual Código afirma que "a filiação incestuosa, reconhecida em sentença irrecorrível não provocada pelo filho, ou quando comprovada por confissão ou declaração escrita pelo pai, faz certa a paternidade para efeito de alimentos".

Uma análise sob a ótica feminina

A supressão do artigo 1.517 do novo texto do Código Civil, que afirma ser "permittedo o casamento de menor incapaz, para evitar impropriedade ou cumprimento de pena criminal e para o resguardo da honra da mulher que não atingiu a maioridade", foi defendida por Emília, que apresentará proposta, segundo anunciou ontem.

Ela não vê "necessidade desse tipo de penalização no Código" e, além disso, a expressão "resguardo da honra da mulher" lhe parece "um certo ranço discriminatório". Emília Fernandes questionou o relator-geral, porque o artigo 1.514 fala que a mulher

com 16 anos de idade tem de pedir autorização aos pais para casar, mas nada fala quanto ao homem nessa idade. Josaphat pretende esclarecer todas as dúvidas hoje, antes da votação.

Depois de destacar o trabalho do relator-geral à frente da comissão especial que trabalhou no projeto do novo Código Civil, a senadora apontou vários pontos que considera "enormes avanços", entre eles a redução de 21 anos para 18 anos da idade para a maioridade. Emília aplaudiu ainda a substituição das expressões "pátrio poder" por "poder familiar" e "todo homem" por "todo ser humano".

O novo Código, conforme Emília Fernandes, "traduz um sentimento atual de integração da mulher, de afirmação da condição feminina, de igualdade de direitos e responsabilidades". Ela apontou ainda como importante a proibição de se investigar a maternidade quando o objetivo seja atribuir a mulher casada "filho havido fora da sociedade conjugal".

- Diante dessa situação, é melhor que a separação seja efetuada, uma vez que a verdadeira e mais profunda base de uma relação, que deve ser de confiança mútua, estará quebrada - observou.

Privatização de Tucuruí, o grande ativo da empresa, seria o primeiro passo, segundo o presidente do BNDES, ao depor ontem na Comissão de Fiscalização e Controle

Mendonça de Barros acena com divisão da Eletronorte

Em audiência pública promovida pela Comissão de Fiscalização e Controle, o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, informou ontem que o BNDES e a Eletrobrás começam a discutir a idéia de cisão da Eletronorte. A operação seria realizada com a privatização de seu grande ativo - a usina de Tucuruí, que teria a já programada duplicação feita depois da venda - e a manutenção da Eletronorte apenas em áreas de fronteira.

A partir de pergunta do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), que mostrou preocupação com o atendimento de energia à população da região amazônica, após a privatização, o presidente do BNDES afirmou que, na venda da Eletronorte, a idéia é separar Tucuruí e manter a distribuição de energia nas mãos do setor público. Ele defendeu, entretanto, a retirada do Estado das áreas em que existe demanda ou tamanho de mercado.

Mendonça de Barros disse também que na Eletrosul, em preparação para ser privatizada, serão "jogados no lixo" um bilhão de reais de uma usina térmica em construção no Rio Grande do Sul, e que na privatização da Cesp serão perdidos R\$ 5 bilhões relativos à usina de Porto Primavera. As duas obras não foram concluídas e esses valores, esclareceu o presidente, contabilizados como custos, não entrarão na negociação da privatização porque "o mundo moderno não negocia o valor da contabilidade, mas o valor econômico".

Ele explicou também as razões do BNDES para, a partir do início de 1996, fazer um trabalho de convencimento junto aos governadores para priva-



O presidente do BNDES fala na comissão, ladeado por Bezerra e João Rocha

tizar as empresas estaduais de energia elétrica. Segundo Mendonça de Barros, o BNDES

Apesar da grande margem tarifária, as estatais de energia eram frágeis financeiramente, segundo o principal executivo do BNDES

constatou que tinham uma situação financeira desequilibrada e não cumpriam os seus compromissos. Além disso, gran-

de parte não pagava a energia à Eletrobrás. O banco concluiu que a margem tarifária das empresas era grande, o que significa que se tratava de um problema de eficiência de gestão.

Ele disse ainda aos senadores que, com a privatização de empresas estaduais do setor elétrico, sempre respaldada por lei estadual, houve uma extraor-

dinária valorização do patrimônio público dessas empresas. Em sete privatizações já realizadas, houve ingresso de recursos da ordem de R\$ 9,9 bilhões e uma dívida transferida de R\$ 1,3 bilhão. O presidente do BNDES apresentou a agenda das próximas privatizações - que começa amanhã com a venda da Comat e vai até o segundo trimestre de 1998 - e informou que 1997 encerra-se com "80% do universo privatizado" e que o Paraná e Minas Gerais decidiram manter públicas suas empresas.

Em São Paulo, informou Mendonça de Barros, a previsão é a seguinte: privatização da Cesp (alienação da geradora do Pardo) em 14 de janeiro de 1998; da Eletropaulo (alienação de duas distribuidoras e até 49% do capital da empresa de transmissão) em 15 de abril; da Cesp distribuidora em 18 de março de 1998; e da Cesp geradora em 25 de maio de 1998.

Mato Grosso e Rondônia no centro do debate

Durante a audiência, Júlio Campos (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) quiseram mais informações sobre a empresa mato-grossense, enquanto Ernandes Amorim (PPB-RO) e Odacir Soares (PTB-RO) interessaram-se particularmente com a situação da Ceron, de seu estado. Ambas as empresas, segundo o presidente do BNDES, encontram-se em situação bastante grave: a primeira tem um passivo de R\$ 170 milhões, além de uma dívida de R\$ 250 milhões com a Eletrobrás, e a segunda, uma dívida relativa a

contribuições sociais no valor de R\$ 139 milhões.

Durante os debates, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) criticou o fato de algumas estatais pagarem antecipadamente o ICMS, "para o governo fazer caixa artificialmente, lesivamente".

Também discutiram a ma-

téria os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Onofre Quinan (PMDB-GO). O presidente da comissão, senador João Rocha (PFL-TO), considerou importante a exposição do presidente do BNDES, elogiando a transparência nas informações prestadas.



Maldaner: El Niño preocupa

Maldaner pede urgência para fortalecer a defesa civil

Ao registrar ontem o aniversário de criação do estado de Santa Catarina, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou seu empenho pessoal para que, com a ajuda do governo federal, a defesa civil seja fortalecida nos estados que sofrem o efeito de catástrofes e enchentes causadas por fortes chuvas, como as que estão ocorrendo no Sul do país.

Na opinião do senador, o Brasil necessita de mecanismos preventivos para enfrentar não só o *El Niño*, mas outros desastres naturais. Por isso, apresentou três projetos que tramitam na Casa. O primeiro prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas contribuírem com órgãos de defesa civil; o segundo institui a contribuição sobre seguros, alterando a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e o terceiro permite a liberação do FGTS para pessoas atingidas.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) associou-se às homenagens ao estado de Santa Catarina, destacando que, apesar da mistura de diversas raças, a população catarinense permanece genuinamente brasileira.



Membros da comissão questionaram principalmente empresas de seus estados